



**Raça, classe e gênero:
educação e interseccionalidade pela perspectiva de artigos da ANPEd**

*Race, class and gender:
education and intersectionality from the perspective of ANPEd articles*

*Raza, clase y género:
educación e interseccionalidad desde la perspectiva de los artículos de ANPEd*

Juliana Moreira Borges² 

Daniela Oliveira Ramos dos Passos³ 

José Eustáquio de Brito⁴ 

1

Resumo: O artigo tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica de pesquisas que investigaram a educação das relações étnico-raciais sob a perspectiva de famílias negras. O recorte foi feito a partir dos artigos da “Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação” – ANPEd, entre os anos de 2011 a 2019. Os descritores utilizados na busca foram os termos interseccionalidade; educação; relações étnico-raciais. Os Grupos de Trabalho analisados constituíram-se pelos GTs 03, 04, 07, 21 e 23, havendo maior aproveitamento nos GTs 07 e 21. Consideramos que o trabalho produzido permitiu um maior contato com as pesquisas feitas, o que possibilitou a familiaridade com o campo e com as brechas existentes, que ficaram nítidas no desenrolar deste artigo.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Educação. Relações étnico-raciais.

Abstract: This article aims at reviewing the available literature on research papers investigating the education of ethnic-racial relations from the perspective of black families. This crosscut was extracted from articles in the “Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação” [National Association of Postgraduate and Research in Education] - ANPEd database, between the years 2011 and 2019. The descriptor terms used in the search were intersectionality; education; ethnic-racial relations. The study groups analyzed were GTs 03, 04, 07, 21 and 23, with greater use of GTs 07 and 21. The conclusion is that this work enabled a greater contact with available research, which granted familiarity with the field and with existing loopholes, which became clear in the course of this article.

Keywords: Intersectionality. Education. Ethnic-racial relations.

Resumen: El artículo tiene como objetivo llevar a cabo una revisión bibliográfica de la investigación que investigó la educación de las relaciones étnico-raciales desde la perspectiva de las familias negras. El recorte se hizo a partir de los artículos de la “Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación” - ANPEd entre los años 2011 a 2019. Los descriptores utilizados en la búsqueda eran los términos interseccionalidad; educación; relaciones étnico-raciales. Los grupos de estudio analizados consistieron en los TG 03, 04, 07, 21 y 23 con mayor uso en los TG 07 y 21. Consideramos que el trabajo producido permitía un mayor contacto con las investigaciones realizadas, lo que permitía familiarizarse con el campo y con las lagunas existentes que están claras en el curso de este artículo.

Palabras clave: Interseccionalidad. Educación. Relaciones étnico-raciales.

¹ **Submetido em:** 05 fev. 2021 - **Aceito em:** 30 jun. 2021 - **Publicado em:** 21 dez. 2021

² Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – E-mail: juborges13@yahoo.com.br

³ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – E-mail: ddanipassos@gmail.com

⁴ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – E-mail: joseeustaquio.brito@uemg.br

Introdução

A construção de um estudo exige que sejam avaliados os caminhos já percorridos por outros pesquisadores para que a pertinência social e acadêmica seja confirmada. A proposta de pesquisa “Monoparentalidade Feminina e Educação: Um estudo sobre identidade racial com as mães chefes de famílias da região de Venda Nova” encontra-se em construção e movimenta várias vias de opressão, com questionamentos sobre a estrutura social e seus pilares, que marginalizam a mulher negra. O objetivo deste artigo é analisar alguns estudos provenientes das reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa – ANPEd, entre os anos de 2011 a 2019 (cinco últimas reuniões), voltados para a educação das relações étnico-raciais em famílias monoparentais femininas negras. Busca-se, assim, apontar possíveis lacunas e contribuir com a área da Educação das relações étnico-raciais, ao fazer um mapeamento das principais temáticas, opções metodológicas e resultados das pesquisas.

Isto posto, para compreender o tema em questão, torna-se necessário consultar qual o “estado da arte” que este se encontra entremeio aos trabalhos acadêmicos desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação, por meio de uma revisão de literatura. Assim, pretende-se, com esse artigo, realizar uma revisão bibliográfica que envolva a temática das relações étnico-raciais e a intersecção entre educação e família. No que compreende a revisão de literatura, Silva e Menezes (2005, p. 85) destacam que “Uma revisão de literatura resultaria do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhido. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e ou problema da pesquisa”.

Como observa-se, nesse estudo, os laços de família da população negra não foram estabelecidos de maneira igualitária, havendo intersecções de opressão em que a população negra encontra-se em lugar de desigualdade estrutural. Os desafios da mulher negra podem ser justificados por todas as questões que sustentam o racismo, pensando nesta perspectiva, a pesquisa, em fase de construção, tem por objetivo responder: “Como mulheres negras monoparentais, residentes em áreas de vulnerabilidade social, colaboram na educação e formação étnico-racial de crianças com idade de 0 a 5 anos, no contexto da Educação Infantil?”. Tal objetivo se subdivide em questões que tratam sobre as vias que colocam essa mãe no lugar oprimido, apontando as principais questões que essa maternidade negra traz, como: Compreender, na prática, as relações existentes entre educação, vulnerabilidade social e raça por meio da análise do perfil socioeconômico das famílias pesquisadas e de seu cotidiano, enquanto moradores de áreas periféricas com baixo desenvolvimento social; Especificar informações acerca da vida da mulher/mãe da periferia e os principais obstáculos cotidianos da família e analisar como a monoparentalidade feminina pode contribuir (ou não) na construção identitária e educacional das crianças negras periféricas.

A interseccionalidade vem, nesse sentido, entender que, na fluidez das identidades mais marginalizadas existem sobreposições de forças que subalternizam e, é por isso que, este termo se faz tão importante nesse estudo. Pelo viés da interseccionalidade, pode-se encontrar, nas participantes do estudo, estas opressões sobrepostas, e apresentar que algumas mães solas estão em um lugar ainda mais incômodo por suas opressões de raça e classe. O

termo caminha por entre as vielas conhecidas pelos subalternos e está no cotidiano periférico, a partir deste lugar analítico, propõe repensar as epistemes impostas ao povo colonizado, nesse caso, a população negra.

Revisão teórico-metodológica

No primeiro semestre do ano de 2020 foi realizado um levantamento de trabalhos publicados nos anais da plataforma da “Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação” - ANPEd. A escolha por tal plataforma deu-se por sua credibilidade científica e colaborações em estudos e pesquisas acadêmicas desenvolvidas, nos últimos anos, no Brasil, no campo da Educação. A ANPEd foi fundada em março de 1978 e destaca-se por sua prática acadêmico-científica, que tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. A ANPEd se propõe a divulgar pesquisas científicas de diferentes áreas da educação em seu espaço. Através das reuniões nacionais e regionais da Associação, professores, pesquisadores, estudantes e gestores da área são agraciados com um ambiente permanente de debate e aperfeiçoamento. Os temas da ANPEd são divididos em Grupos de Trabalho (GT), sendo 23 GTs, agrupados por áreas da educação, que congregam pesquisadores de áreas de conhecimento especializadasⁱ.

A demarcação de busca, para esse estudo, foi feita pelas cinco últimas reuniões científicas nacionais (38^a no ano de 2017, 37^a de 2015, 36^a de 2013, 35^a de 2012, e 34^a de 2011). Assim como o tema da pesquisa perpassa por questões interseccionais, o estado da arte também permeia entre vários limites dentre os GTs disponíveis. Desta forma, foram selecionados os que mais se aproximavam do perfil da pesquisa pretendida, sendo eles:

- GT 03 - Movimentos Sociais, sujeitos e processos educativos – escolhido por apresentar o lugar dos/as sujeitos/as nos processos educacionais e sociais;
- GT 04 - Didáticaⁱⁱ – selecionado por apresentar fundamentos de ensino que podem amparar a educação das relações étnico-raciais;
- GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos – acolhe exatamente o recorte etário proposto na pesquisa em andamento: a educação infantil;
- GT 21 - Educação e Relações Étnico-raciais – compreende as relações étnico-raciais, dimensão fundamental da pesquisa;
- GT 23 - Gênero, sexualidade e educação – contempla a categoria de gênero, uma das vias de opressão social que será investigada na pesquisa.

Após a leitura dos resumos, obteve-se um total de 16 trabalhos. Ao final do levantamento bibliográfico, os resultados obtidos em cada GT são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1. Artigos encontrados nos anais da ANPEd por GTs

| Grupos de trabalho pesquisados | Artigos N° | Artigos % | Anos |
|---|------------|-----------|------------------------|
| GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos | 01 | 6,25% | 2017 |
| GT 04 - Didática | 0 | 0% | - |
| GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos | 04 | 25% | 2015; 2017 |
| GT 21 - Educação e relações étnico-raciais | 10 | 62,5% | 2011; 2013; 2015; 2017 |
| GT 23 - Gênero, sexualidade e educação | 01 | 6,25% | 2013 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante da dimensão abrangente do recorte proposto, foram utilizados descritores, a fim de delimitar e seguir um norteador mais específico, sendo eles: “Famílias Monoparentais Femininas Negras”; “Interseccionalidade e Família Negra”; “Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil”; e “Estados da arte: relações étnico-raciais”. Os descritores foram pensados exatamente a partir da ausência de artigos que se aproximam do estudo sobre a educação das relações étnico-raciais sob a perspectiva das famílias negras, conduzidas por mulheres e a educação das relações étnico-raciais na educação infantil.

A partir dos recortes realizados para se entender melhor as vertentes de pesquisas feitas e as lacunas a serem preenchidas, buscamos ampliar o olhar para conhecimentos já adquiridos no campo, além de usar este espaço para conhecer e analisar mais pesquisas científicas que tratem a educação identitária da família negra, que ocupa um lugar social em que há uma interação nos sistemas de opressão. As análises dos estudos que se seguem, portanto, foram feitas a partir dos descritores pontuados.

Famílias monoparentais femininas negras e educação

Família e educação são assuntos tratados frequentemente como fórmula para o sucesso (ou não) dos indivíduos. Uma unificação que, se operar corretamente, pode mostrar ao sujeito o conforto e o suporte necessários para evolução na caminhada pessoal e profissional. Em ambas o processo educativo e formador acontece. Educação sob a perspectiva da família apresenta características menos formais que a educação institucional escolar, no entanto, quando tratamos de identidade e cultura, homens e mulheres direcionam a este âmbito, papel na construção identitária. Nilma Lino Gomes (2003, p. 170), sobre cultura e educação não escolar diz o seguinte:

Por isso, ao discutirmos a relação entre cultura e educação, é sempre bom lembrar que a educação não se reduz à escolarização. Ela é um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola, entre outros.

No nicho selecionado, o tema citado apareceu em apenas um artigo direcionado para essa busca. O título do artigo gera um impacto, devido à sua expressividade “Todo dia eu penso: meu Deus, onde foi que eu errei? Os desafios de ser mãe na periferia”, de Rosalinda Carneiro de Oliveira Ritti (2013). O artigo fala das adversidades para as mães periféricas e mulheres monoparentais na condução da família. A pesquisa foi elaborada a partir de duas reportagens locais que tratam da violência vivenciada por jovens/adolescentes envolvendo gangues, que culmina, por vezes, na morte desses meninos. Nesse contexto, a autora levanta a questão familiar e, principalmente, da mãe solo que lidera a maior parte das famílias da pesquisa. Muitos são os pontos levantados nesse estudo. Aqueles que mais se assemelham à busca aqui pretendida são os que envolvem a solidão da mãe e a ausência da figura paterna. Na análise das reportagens, o nome mãe sempre está ligado à emoção, ao cuidado, ao suporte e ao amparo, enquanto o nome pai está ligado à ausência e ao abandono. A autora finaliza apresentando a educação como alternativa para a mudança das subjetividades sociais e para o consequente rompimento com as desigualdades de gênero.

De acordo com o IBGE (2010), trabalhos como o exposto acima são reflexos da realidade estatística do país. As mulheres continuam as responsáveis pelos filhos, em sua maioria, e a maior parcela de mulheres monoparentais continua na periferia. A solidão da mulher negra e periférica sobrevive nas vielas mais pobres.

Em dez anos, de 2000 a 2010, o Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3% [...]. O aumento de famílias monoparentais é maior nas regiões mais pobres do país; o modelo de casal com filhos tem valores máximos na região Sul, e o Nordeste, região mais pobre do país, é onde mais aumenta a participação das mulheres chefes de família (IBGE, 2010).

A família negra, historicamente, carrega nos ombros maternos as responsabilidades com a educação dos filhos e estas se mostram solitárias neste processo. Cabe destacar que, bell hooks (2000), em seu texto “Vivendo o amor”, apresenta as limitações da mulher negra em vivenciar o amor em seu cotidiano, uma vez que o contexto de pobreza e sofrimento, perpassam as questões emocionais e afetivas. A necessidade é alimentar e cuidar da família, e isso, desde o período colonial: “A escravidão criou no povo negro uma noção de intimidade ligada ao sentido prático de sua realidade. Um escravo que não fosse capaz de reprimir ou conter suas emoções, talvez não conseguisse sobreviver” (HOOKS, 2000, p. 190-191). No texto, hooks afirma que as dificuldades com o ato de amar estão presentes desde o período escravocrata: “Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor” (HOOKS, 2000, p. 189).

Podemos entender que pesquisas que abordam a educação do campo familiar pensam o processo de formação social como sendo algo contínuo e que vai além da instituição escolar. A própria Ritti (2013, p. 15) finaliza a sua pesquisa com um parecer crítico, no qual declara que sua pesquisa apresenta: “questões difíceis, eu sei, mas que precisam perambular por nossas pesquisas, por nossas reflexões, por nossas vidas, pois em meio a tudo isso, subjetividades estão se constituindo”. A assertiva da autora instiga para que pesquisas que tratem deste panorama social da educação estejam mais presentes no campo acadêmico. Patrícia Hill Collins (2019) reforça a pertinência da família nas subjetividades educativas e o impacto da ação materna na construção identitária desta criança:

Por um lado, as mães podem alimentar a opressão de suas filhas e seus filhos se os ensinar a acreditar na própria inferioridade. Por outro, a relação entre mães e filhos pode servir como esfera privada na qual se aprendem culturas e formas cotidianas de resistência. Quando mães negras escravizadas ensinam as filhas e filhos a confiar em suas autodefinições e valorizar a si mesmos, elas lhe ofereciam uma ferramenta poderosa de resistência a opressão (COLLINS, 2019, p. 108).

Falar da mulher negra é de suma importância porque elas são os ventres geradores dos cidadãos brasileiros uma vez que são a maioria. A população do Brasil é composta por 51% das mulheres, destas, 25% negras, 38,7% estão na liderança dos lares brasileiros. A pesquisa que pretendemos construir, a partir desse levantamento, é uma pesquisa feita por mulheres/mães negras que simbolizam uma coletividade. Nessa relação entre subjetivo e objetivo, as intelectuais negras que se dedicam a essa escrita produzem em primeira pessoa, escritas contra-hegemônicas a partir do uso de vozes subalternas, na intenção de construir novos roteiros e novos cenários científicos. A pertinência desse estudo está justamente no contexto histórico estruturante dessa família negra que passou por um processo de subalternização e marginalização, havendo a necessidade de buscar nos últimos descendentes da diáspora africana (por isso a escolha pela idade) uma compreensão maior sobre a educação racial pela vertente das famílias monoparentais femininas.

Interseccionalidade e família negra

Compreender o lugar de mulher negra monoparental em uma periferia, exige uma análise de todas as bases de opressão que colocam essa mulher nessas junções de dominações. Exige uma compreensão das relações múltiplas e simultâneas de desigualdade. As sólidas sustentações das colunas do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo formatam o sistema brasileiro. Assim, classificam-se os indivíduos por raça, classe e gênero. É como se houvessem vias que segregam ou acolhem a partir das suas características físicas e econômicas. Movimentar-se com fluidez por entre as vias interseccionais pode se mostrar complexo para quem se apresenta nos cruzamentos de várias opressões. Interseccionalidade é o nome dado para a teoria que trata destas avenidas identitárias, que coloca essa mulher negra, periférica e chefe de família nas sobreposições de classe, raça e gênero, em que frequentemente é atingida em colisões que a limita em seus progressos. Segundo Patrícia Hill Collins (2019, p. 21) interseccionalidade é um “sistema de opressão interligado”. É nesse sentido, lugar da mulher negra e periférica que este conceito atua.

A estrutura social que configura o Estado brasileiro no contexto atual engendra um conjunto de arranjos institucionais que restringem a participação (nas esferas de poder) de um determinado grupo social, racial e de gênero, forjando uma conduta marginalizadora frente às populações desfavorecidas nesses nichos. Isso significa o entrelaçamento de situações de opressões (de classe, raça e gênero) a determinados grupos e, em alguns pontos, essas opressões, por vezes, se cruzam. Nessas intersecções, alguns grupos tendem a ser esmagados por uma sociedade excludente, sendo esse o caso de muitas famílias negras periféricas.

A autora estadunidense Kimberlé Crenshaw, uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça, formulou uma definição bastante elucidativa para **interseccionalidade**, por meio da qual apresenta uma conceituação seguida da explicação do seu *modus operandi*:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Na análise realizada pela ótica apresentada por Crenshaw (2002), o descritor “Interseccionalidade e Famílias Negras” tem potência, pela abrangência do tema que abarca todos os fatores opressores. Assim, buscou-se nesse nicho pesquisas que tratam das opressões interseccionadas. Porém, cabe ressaltar que esse não foi um descritor com variedade de opções de pesquisa, principalmente porque trata de olhar para a sociedade atual, com a estrutura do patriarcado, racismo e capitalismo, e assim avaliar os motivos reais desses fatores oprimirem determinado recorte social. Mesmo assim, foi encontrada uma pesquisa com esse escopo, que aponta justamente as dificuldades em estar no lugar de vias de opressão. O artigo denominado “Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao Ensino Superior de jovens mulheres da roça”, de Tatyane Gomes Marques (2017), é um estudo que apresenta as limitações que o lugar de mulher, negra e interiorana pode oferecer.

A educação é apresentada no artigo como uma possibilidade de oportunidades, sendo o acesso à educação desde os primeiros ciclos de graus valiosos. Marques (2017) conclui que ser mulher negra e interiorana se constitui como prova constante a quem decidiu estudar, mas também o acesso à educação é posto como rompimento com as limitações impostas pelo gênero na “roça”. Em sua pesquisa, Marques (2017) aponta um novo cenário na academia com maior participação da mulher negra, a autora atribui essa mudança às políticas de ações afirmativas com a inserção do Programa Universidade para Todos (PROUNI), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e à lei de cotas (Lei nº 12.711/2012), todas essas ações produzidas a partir de 2004. No entanto, até chegar no ensino superior, as mulheres interioranas negras precisam ter passado pela educação básica e essa realidade não é tão acessível para esse nicho, uma vez que estas mulheres conheceram os empecilhos apresentados pelo mundo para o acesso à educação, o campo é um ambiente limitador. Havendo a necessidade de buscar nas cidades grandes melhores oportunidades. Subir de graus em lugares de opressão exige coragem, porque a “subida”, vivenciada pelas mulheres negras interioranas, é, muitas vezes, atravessada por uma série de injustiças, como demonstra o trabalho da Marques (2017). Muitas conseguem vencer os limites impostos e a tendência é que esse aumento se mantenha em ascensão.

A interseccionalidade apresenta uma teoria mais prática, com maior viabilidade de ideias no cotidiano dos oprimidos. Caminha por entre as vielas conhecidas pelos subalternos e está no cotidiano periférico, a partir deste lugar analítico, propõe repensar as epistemes

impostas pelo povo colonizado. Como lentes, nos capacita a enxergar as formas de opressão e a necessidade de combatê-las.

Educação das relações étnico-raciais na educação infantil

A dinâmica da educação e seu processo no cotidiano do indivíduo por meio de suas vivências e relações vão além dos muros institucionais e perceber as subjetividades é um caminho importante para questionar o impacto delas na manutenção das opressões. Silva (1998, p. 254) ressalta que é “nas relações e nos processos de compartilhamento entre as pessoas e os grupos que reside a capacidade mantenedora ou transformadora das estruturas sociais”. Na educação infantil, muitas dessas crianças, negras e negros, que chegam pela primeira vez na escola, estão realizando o primeiro contato interétnico, como afirmado por Gomes (2003). Assim, a maneira como a escola, as professoras, os alunos e alunas, os veem e opinam sobre seus corpos e suas vidas, deixam marcas que pesarão em suas trajetórias escolares e de vida.

Ter sua identidade fortalecida pela escola é uma necessidade da criança pequena em seu processo de formação. Essa construção da autoestima faz com que ela se sinta pertencente e motivada a crescer não apenas em estatura, como intelectualmente. Faz com que a criança se sinta fortalecida a querer desbravar o mundo que a cerca, uma criança com a construção de si debilitada sentirá que não é capaz de alcançar novos conhecimentos. Questões raciais e socioeconômicas também afetam cotidianamente o sentimento de pertencimento dessa criança. A escola, assim como a sociedade, está carregada de preconceitos que precisam ser superados, mas o ambiente escolar também pode ser um local de mudança desses conceitos, um local de representatividade positiva negra. Pode ser o lugar de experiências que valham a pena para a criança, que contribuam para sua formação, sua identidade de forma positiva e afirmativa. Tudo isso feito nas subjetividades das vivências dessas crianças.

A educação das relações étnico-raciais na educação infantil foi o recorte com maior número de pesquisas encontradas (75,0%, ou seja, 12 pesquisas ao todo). Quando pesquisado, o tema das relações étnico-raciais na educação infantil aparece majoritariamente no âmbito escolar. Dentre essas pesquisas, os recortes temáticos encontrados foram: a formação do professor da educação infantil; identidade racial das crianças pequenas; literatura infantil; e o preconceito racial sofrido por crianças na tenra idade. Muitos estudos (AUGUSTO, 2015; AMARAL, 2015; VANZUITA, 2015; CARVALHO, 2017; SILVA, 2017) que tratam dessa proposta para a educação infantil trilham o caminho da Lei nº 10.639/03ⁱⁱⁱ (BRASIL, 2003), em busca de sua efetivação real nas escolas. O que todos esses trabalhos indicam é o quanto se torna necessário avançar para que a lei seja efetivamente cumprida.

No contexto escolar, reitera-se a emergente necessidade de formação continuada sobre a educação das relações étnico-raciais para os professores e educadores da Educação Infantil, pois o racismo na infância pode prejudicar o desenvolvimento da identidade étnico-racial. Inúmeras pesquisas (ROSEMBERG, 1998; CAVALLEIRO, 2001; MUNANGA, 2004;

SILVA, 2005; CASTRO; ABRAMOVAY, 2006) demonstram como a escola é um ambiente hostil para o alunado negro, tanto no que se refere aos currículos, concepções pedagógicas e materiais didáticos, como às relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos da escola.

No que tange ao campo da docência, Aline de Assis Augusto (2015, p. 5) afirma que: “é preciso que os professores tenham formação e olhar crítico e reflexivo para lidar com as questões de gênero, raça e sexualidade na escola, compreendendo as relações multiétnicas e plurais que acontecem no âmbito educacional”. Uma vez que a educação acontece com dinamismo e envolve processos subjetivos, pode-se perceber a importância desse olhar nos mais variados segmentos.

Soares e Silva (2013), no estudo intitulado “Relações étnico-raciais e educação infantil: ouvindo crianças e adultos”, apresentam as subjetivações que perpassam o processo educativo no ambiente escolar por meio dos materiais oportunizados na escola:

Tais materiais evidenciam quais/qual culturas/a são privilegiadas, mesmo que seja de modo “inconsciente” (MEYER, 2011). Alguns desses recursos visuais fotografados pela pesquisadora veem-se apenas crianças brancas ali representadas. Essas evidências de silenciamento e/ou “apagamento” do outro (CAVALLEIRO, 2005) mostram que na Escola Manuelita ainda se faz necessário espaços-tempos que contemplem as marcas fenotípicas e/ou raciais, culturais, artísticas das múltiplas crianças e adultos que a compõe (SOARES; SILVA, 2013, p. 5-6, grifos do original).

9

As subjetividades introduzidas pelo sistema educacional brasileiro, moldada pelo colonialismo apresenta questões abstratas que permanecem em nosso contexto. Eduarda Souza Gaudio (2015), em sua pesquisa “Dimensão étnico-racial na educação infantil: um olhar sobre as perspectivas das crianças”, confirma o quanto a educação ultrapassa as barreiras escolares e o quanto a criança negra precisa de todo o meio de convivência para estabelecer reconhecimento e orgulho identitário.

Acreditamos que essas situações foram evidenciadas durante os processos sociais entre as crianças, percebendo que instituições (igreja, família, escola, entre outras) e interações com o meio social são fundamentadas em parâmetros que inferiorizam a população negra, cujos atributos físicos são, muitas vezes estigmatizados e ligados à feiura, sendo estruturantes nas relações das crianças com base nesses conhecimentos (GAUDIO, 2015, p. 14).

A inquietude e os incômodos causados com o artigo “Sobre maçãs e sobre mangas: notas de uma pesquisa em diálogo com crianças afro-brasileiras e com a literatura”, de Claudia Alexandre Queiroz e Mailsa Carla Pinto Passos (2012) são formidáveis. Nessa pesquisa, as autoras fazem uma analogia ao livro “O perigo da história única”, de Chimamanda Adichie, com uma realidade escolar de crianças majoritariamente afro-brasileiras. As autoras propõem uma reflexão sobre a história única, ressaltando a importância de ter na literatura infantil representatividade e diversidade étnica e cultural, evitando estabelecer “a ideologia-discurso do branqueamento, de invisibilização [sic] dos afro-brasileiros” (QUEIROZ; PASSOS, 2012, p. 1). Entender que somos resultado de uma educação baseada na valorização de uma história única é uma forma de caminhar em direção a conhecimentos mais pluriversais, que valorizem uma educação mais diversificada.

Esse nicho das relações étnico-raciais no ambiente escolar contribui para que se perceba o quanto as pesquisas em educação das relações étnico-raciais abrangem o campo escolar, principalmente com relação à Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) que ainda não está sendo efetivamente cumprida e, de acordo com os estudos apresentados, por falta de preparo dos profissionais que estão condicionados a um sistema educacional eurocêntrico.

Na oportunidade, encontrou-se diálogos que afirmam que a educação precisa ser tratada de forma mais abrangente e coletiva, com o intuito de mover o pilar do racismo estrutural. A pesquisa “A identidade racial a partir de um grupo de crianças da educação infantil na rede municipal do Recife”, de Marília Silva Mendes (2016), aponta que o caminho da busca por igualdade racial deve ser ampliado:

Os resultados evidenciaram que muito ainda poderá ser pesquisado dentro dessa temática como, por exemplo, buscar compreender melhor as representações das crianças negras e nesse contexto a relação entre a família e instituições educacionais. E ainda sobre identidade racial e o autoconceito e autoestima de crianças negras. Há ainda muito a ser feito, mas o caminho começou a ser trilhado e não podemos parar (MENDES, 2016, p. 139).

Na ausência de pesquisas que tratem a educação das relações étnico-raciais sob a perspectiva de famílias negras, foi possível mobilizar os estudos, por ora apresentados, para perceber as lacunas existentes, bem como, com o respaldo dos/as autores/as, tentar evidenciar a pertinência dessas pesquisas na abrangência de trabalhos no campo da educação. Os artigos elencados nessa seção foram valiosos, pois cada um, a seu modo, contribuiu para a percepção do que se pretende alcançar com a pesquisa em construção, cujo intuito é apresentar a educação das relações étnico-raciais sob outra vertente, que não a educação estritamente escolar.

Entende-se que a escola de educação infantil é uma instituição que possui todas as condições para contribuir com a formação destas crianças, principalmente, porque ela compartilha da educação desde o início da formação do ser humano. O trabalho pedagógico na educação infantil parte da perspectiva de cuidar e educar e, vários são os métodos usados nesse processo educativo, fazendo com que a comunicação pelas famílias seja um elo importante. A família é, nesse sentido, fundamental para a segurança emocional da criança, quando ela passa a frequentar a educação infantil. É importante, também, a comunicação entre a família e os educadores, pois é nessa fase que a criança começa a assumir diferentes papéis e, gradualmente, vai internalizando outros.

Nesse sentido, Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 282) afirmam que “[...] precisa ficar claro que a escola e a família são contextos diferentes e, nesses contextos, as crianças encontrarão coisas, pessoas e relações diversas”. Assim, quando a criança entra na educação infantil, ela começa a perceber o mundo de forma diferente, mas não desconectada do universo familiar, que deve ser considerado e compreendido pelos profissionais da educação.

Estado da arte: relações étnico-raciais na educação infantil

Propor uma busca nas bases de pesquisas por meio do descritor “estado da arte” pode ser edificante para o trabalho pretendido. Durante a busca por artigos nos anais da ANPEd, com temas aproximados da pesquisa, encontramos dois textos que tratam de uma pesquisa com análise de outros artigos, com temas que atravessam as relações étnico-raciais em suas variadas vertentes: a Lei nº 10.639/03; o currículo; a literatura infantil; as políticas públicas; o Movimento Negro, entre outros. Foram encontradas duas pesquisas que tratam das relações étnico-raciais em um estado da arte na etapa de recorte determinada. A primeira delimita o período de 2000 a 2015 e trata da abordagem da questão racial em pesquisas da ANPEd pela perspectiva de currículo (SANTOS; SILVA, 2017); a segunda, por sua vez, expõe pesquisas que envolvem a literatura infanto-juvenil e relações raciais (ARAUJO, 2011), ambas encontradas no GT 21 da ANPEd.

O artigo “Estado da arte, política curricular e relações raciais: as pesquisas nas produções da ANPEd (2000-2015)”, de Raquel Amorim dos Santos e Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva, publicado em 2017, trata de uma análise de artigos do GT21 da ANPEd, da 25ª a 37ª reunião nacional, relativas ao período de 2000 a 2015. As autoras justificam a escolha do período pesquisado pelos acontecimentos impactantes ocorridos no Movimento Negro e pela Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003). De acordo com o texto, as pesquisas sobre Políticas Curriculares e Relações Raciais foram ampliadas nessa última década, promovendo diálogo maior no campo racial. O que levou as autoras a concluírem que tais “estudos impulsionam o debate sobre a superação do racismo, discriminação e preconceito racial nos diferentes campos sociais” (SANTOS; SILVA, 2017, p. 17).

O estudo intitulado “Pesquisas sobre literatura infanto-juvenil e relações raciais: um breve estado da arte”, de Débora Cristina de Araujo (2011), analisa as pesquisas que tratam da literatura infantil sob o aspecto racial. Em seu estudo, a autora aponta artigos que discutem sobre os estereótipos presentes nos personagens negros, inclusive dentro das obras de Monteiro Lobato. Araujo (2011) dividiu seu estudo em dois grupos: o primeiro, que tem como marco temporal o intervalo entre 1980 a 1990, apresenta o quanto o período era carente de ações para uma educação antirracista, abarcando na literatura infanto-juvenil elementos segregadores que apresentam pouca diversidade cultural e racial; e o segundo grupo, mais recente, de 2003 a 2009, com pesquisas que tratam do mesmo tema com uma abrangência maior, contudo ainda carente na literatura quanto ao tema racial. As pesquisas que Araujo (2011) analisou apresentavam o racismo na literatura infanto-juvenil de forma explícita ou mesmo implícita. A autora conclui que tais obras podem oportunizar o desconforto da análise dos livros acessados pelas crianças e adolescentes e que praticamente não colaboram para uma educação antirracista.

Ler trabalhos que têm por objetivo fazer um levantamento bibliográfico ou delimitar o chamado “estado da arte” é perceber que, mesmo lentamente, o campo de pesquisas da área da educação passa por um processo de mudança, que ajuda a pensar em uma sociedade mais justa e igualitária. Em ambos os artigos, é possível identificar avanços no que tange aos estudos raciais, essas ações mobilizam quem está na área e evidenciam a importância de se

tensionar questões no campo acadêmico em que o conhecimento é legitimado, possibilitando maior notoriedade de determinada temática e possíveis mudanças.

Considerações finais

As epistemes negras têm passado por um momento no qual os debates sobre questões identitárias, políticas e estético-corpóreas têm sido evidenciadas e nota-se um interesse e, conseqüentemente, um crescimento literário e científico, voltado para a cultura africana e afro-brasileira. Foi, também, com base nisso que esse artigo foi elaborado, como um estudo voltado a tematizar tais problemáticas, a fim de promover reflexões críticas e contribuir com as discussões em curso. O levantamento realizado impulsionou a pesquisa em construção, pois embasou a necessidade de que sejam realizados estudos que abarquem a família para a construção identitária da criança negra.

No recorte delimitado, pesquisas que versam sobre o tema educação das relações étnico-raciais estão presentes no contexto educativo escolar em maior proporção. Foram 75% do total dos artigos, sendo que, em muitos trabalhos, a intenção era a de sondar acerca do cumprimento da Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) e sobre quais estratégias têm sido usadas na efetivação dessa Lei. Educação das relações étnico-raciais para grupos de crianças pequenas é algo complexo, pois coloca nos adultos a responsabilidade por essas contribuições identitárias.

A partir das pesquisas apresentadas, foi possível perceber que as crianças, na fase da educação infantil, têm demandas que se relacionam com o processo de formação identitária e que o racismo é algo real e concreto em suas vidas. Em diversas pesquisas, os/as autores/as apresentam a negligência no cumprimento da Lei nº 10.639/03 (AUGUSTO, 2015; AMARAL, 2015; VANZUITA, 2015; CARVALHO, 2017; SILVA, 2017) por parte das escolas, além de evidenciarem a importância do adulto na mediação e na condução de episódios nos quais ocorrem situações de discriminação racial.

O protagonismo feminino na educação aparece em evidência nas pesquisas debatidas acima e, mesmo fomentando questionamentos acerca de papéis históricos de gênero e da função feminina na família, prevalece o olhar para a importância da atuação da mulher e suas contribuições para a formação dessas crianças.

Quanto à discriminação racial praticada no interior da escola, os estudos sobre as percepções das famílias ainda são poucos, embora seja importante que pesquisas nesse campo aconteçam viabilizando novas inquietações educacionais e sociais, de modo que haja mudança no cenário curricular educacional. Conforme Paixão (2005, p. 142):

Não são muitos, ainda, os estudos que buscam entender a escolarização do ponto de vista das famílias. Entretanto, a prática pedagógica supõe a adesão a certos valores, comportamentos e ethos que podem ou não constituir o universo de todas as famílias. Bourdieu mostrou, já nos anos de 1960, que a possibilidade de o indivíduo seguir uma trajetória escolar regular e longa depende de pré-requisitos que não compõem o universo cultural de camadas sociais não dominantes. Ele forneceu,

assim, visibilidade à lógica pedagógica, cuja prática supõe pré-requisitos sem, necessariamente, promover sua aquisição por aquele que não os trazem.

Carolina Maria de Jesus, em 1960, narrou sobre o seu lugar de mãe solo, negra e periférica de forma poética em um diário que alcançou muitos leitores de diferentes países. “Quarto de Despejo” tensionou toda a opressão vivida por ela e, mesmo assim, descobre-se que poucos são os estudiosos que se debruçam nesse tema. A revisão da literatura apresentada mostrou a pertinência do estudo que está em construção e almeja-se que suas abordagens tragam novas perspectivas científicas para esse campo. Por fim, cabe ressaltar que não existe a pretensão em expor uma pesquisa inovadora e grandiosa. Apresentar, mesmo que de forma minimalista, a exemplo de Carolina, famílias monoparentais femininas negras na condução da educação das relações étnico-raciais já é um caminho que gera um destemor, diante da magnitude dos temas e dos protagonistas envolvidos.

A intenção nessas linhas está em apresentar ideias questionadoras e não conclusivas nas intersecções de raça, classe e gênero. Evidenciar dois territórios em que a educação se apresenta com potência pode ser um debate crítico necessário e reforça-se a necessidade de ampliar a educação para fora dos muros da escola, no intuito de derrubar as barreiras que impossibilitam a evolução da humanidade. Tenha a família o formato que for, que ela seja esperança e que ela veja futuro na educação, não apenas na ciência ou no mundo acadêmico, mas desde a sua base. Que as mudanças aconteçam substituindo as teorias estruturais do machismo, racismo e do patriarcalismo e sejam em suas subjetividades ações que amparam a todos.

Referências

ALEXANDRE, Ivone Jesus. “Aquela preta não é minha amiga!”: interações e socialização de crianças haitianas nas escolas de educação infantil em Sinop/MT. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 38., 2017, São Luís do Maranhão. **Anais...** São Luís do Maranhão, 2017.

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2015.

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. Com a palavra as crianças: algumas reflexões sobre as relações raciais na escola. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal, 2011.

ARAÚJO, Débora Cristina de. Pesquisas sobre literatura infanto-juvenil e relações raciais: um breve estado da arte. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal, 2011.

AUGUSTO, Aline de Assis. Educação infantil e relações étnico-raciais: a lei no papel, a lei na escola. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2015.

BASSEDAS, Eulàlia; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel (org.). **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003.

CARVALHO, Thaís Regina de. Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da educação infantil: experiências de Florianópolis/SC. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís do Maranhão. **Anais...** São Luís do Maranhão, 2017.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam (org.). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília, DF: UNESCO; INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista Negro**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. Considerações acerca da discriminação étnico-racial em crianças pequenas. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2015.

GAUDIO, Eduarda Souza. Dimensão étnico-racial na educação infantil: um olhar sobre a perspectiva das crianças. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>.

HOOKS, Bell. Vivendo de Amor. *In*: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (org.). **O livro da saúde das mulheres negras**. Nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000. p. 188-198.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios - resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JOVINO, Ione da Silva. Personagens negras na literatura infantil brasileira de 1980 a 2000: revisitando o tema. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís do Maranhão. **Anais...** São Luís do Maranhão, 2017.

MARQUES, Tatyane Gomes. “Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]”: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís do Maranhão. **Anais...** São Luís do Maranhão, 2017.

MENDES, Marília Silva. **A identidade racial a partir de um grupo de crianças da educação infantil na rede municipal do Recife**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2004.

PAIXÃO, Lea Pinheiro. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 141-170, jan./abr. 2005.
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000100008>.

QUEIROZ, Claudia Alexandre; PASSOS, Mailsa Carla Pinto. Sobre maçãs e sobre mangas: notas de uma pesquisa em diálogo com crianças afro-brasileiras e com a literatura. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas, 2012.

RITTI, Rosalinda Carneiro de Oliveira. Todo dia eu penso: meu Deus, onde foi que eu errei? Os desafios de ser mãe na periferia. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. *In*: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 73-91.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Estado da arte, política curricular e relações raciais: as pesquisas nas produções da ANPED (2000-2015). *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís do Maranhão. **Anais...** São Luís do Maranhão, 2017.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Maria Palmira da. Identidade racial brasileira. *In*: SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira da (org.). **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial do século XXI**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-44.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Espaços para educação das relações interétnicas: contribuições da produção científica e da prática docente, entre gaúchos, sobre negro e educação. *In*: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 381-396.

SILVA, Tarcia Regina da. Que cor é a minha cor? A autoidentificação racial das crianças na educação infantil. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís do Maranhão. **Anais...** São Luís do Maranhão, 2017.

SOARES, Lucineide Nunes; SILVA, Santuza Amorim da. Relações étnico-raciais e educação infantil: ouvindo crianças e adultos. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 36., 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2013.

VANZUITA, Simone. O que “dizem” as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas? *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2015.

Notas

ⁱ Dados encontrados no *site* da ANPED. Disponível em: <https://anped.org.br/sobre-anped>. Acesso em: 20 set. 2020.

ⁱⁱ No GT 04 não foi encontrado nenhum artigo que apresente similaridade aos estudos propostos na pesquisa em questão.

ⁱⁱⁱ A Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 altera a lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências (BRASIL, 2003).

Apêndice

Quadro 1. Artigos analisados na ANPEd

| Descritor | Título da pesquisa | Autores | Grupos de trabalho | Ano | Resumo |
|---|---|---|---|------|--|
| Interseccionalidade e família negra | “Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]”: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça | Tatyanne Gomes Marques – UFMG | GT 03 - Movimentos Sociais, sujeitos e processos educativos | 2017 | “Este texto discute as (im)possibilidades de acesso ao Ensino Superior no Brasil para jovens da roça. Para isto, justifica o uso da categoria conceitual “da roça” como uma adjetivação que identifica e caracteriza o perfil das 17 jovens colaboradoras do estudo. Evidencia-se, a partir das entrevistas narrativas semiestruturadas, que ser jovem, mulher, da roça e negra constituem provações constantes para aquelas que decidiram estudar”. |
| Monoparentalidade feminina negra | “Todo dia eu penso: meu Deus, onde foi que eu errei?”: os desafios de ser mãe na periferia. | Rosalinda Carneiro de Oliveira Ritti – UFJF | GT 23 – Gênero, sexualidade e educação | 2013 | “Neste artigo, problematizo discursos e representações que se entrecruzam e formam os processos de subjetivação de mães moradoras em bairros periféricos na cidade de Juiz de Fora/MG. Tomo como fonte das problematizações, artigos produzidos em duas séries de reportagens publicadas no jornal local Tribuna de Minas. A primeira delas, intitulada “Sem limites” e a segunda, “Até quando?”, circularam nos meses de agosto e dezembro de 2012, respectivamente”. |
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | O que “dizem” as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas? | Simone Vanzuita – UFSC | GT 21 – Educação e Relações Étnico-raciais | 2015 | “O presente texto pretende discutir relações e interações entre crianças em momentos de observação participativa realizados durante uma pesquisa em nível de mestrado que objetivou analisar práticas pedagógicas em uma instituição de educação infantil, com atendimento de 0 a 5 anos, partindo das orientações na implementação da lei 10639/03”. |

| | | | | | |
|---|---|---|--|------|--|
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | Educação Infantil e relações étnico-raciais: a lei no papel, a lei na escola | Aline de Assis Augusto – UFJF | GT 21 – Educação e Relações Étnico-raciais | 2015 | “A presente pesquisa se debruça sobre as relações étnico-raciais no interior de uma escola de educação infantil do município de Juiz de Fora (MG). O objetivo geral é analisar as representações dos educandos acerca do tema da diversidade étnico-racial, buscando encontrar elementos que permitam estabelecer um diálogo entre o texto da Lei 10.639/2003 e a realidade vivenciada nas escolas”. |
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | Relações étnico-raciais e educação infantil: ouvindo crianças e adultos | Lucineide Nunes Soares e Santuza Amorim da Silva-UEMG | GT 21 – Educação e Relações Étnico-raciais | 2013 | “Este estudo investiga as relações étnico-raciais nas práticas educativas engendradas com as crianças entre zero e seis anos de idade no contexto da educação infantil de uma escola pública do município de Teófilo Otoni-MG. Busca-se descrever e analisar como a dinâmica e a organização dessas práticas, bem como as relações estabelecidas entre crianças, crianças e adultos incidem nas configurações identitárias das crianças negras”. |
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | Que cor é a minha cor? a autoidentificação racial das crianças na educação infantil | Tarcia Regina da Silva – UPE | GT 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos | 2017 | “Nesse artigo, retomamos a questão da autoidentificação racial para observar, após a implementação da Lei nº 10.639/03, como em um Centro Municipal de Educação Infantil da rede do Recife vinte e seis crianças do Grupo IV, entre 4 e 5 anos, fazem a sua identificação racial num contexto escolar que as incentiva a reeducação das relações étnico-raciais. Reconhecendo que as crianças são protagonistas sociais, bem como sujeitos de direitos, propusemos que elas fizessem seu autorretrato e a partir dele expressassem a sua cor”. |

| | | | | | |
|---|--|---------------------------------|--|------|---|
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da educação infantil: experiências de Florianópolis/SC | Thaís Regina de Carvalho – UFPR | GT 21 – Educação e Relações Étnico-raciais | 2017 | “O presente trabalho irá abordar aspectos referentes à política de formação continuada ofertada pela rede municipal de Florianópolis/SC. Nosso foco são os cursos e palestras ministrados entre os anos 2009 a 2016 que discutiram a educação das relações étnico-raciais (ERER) e que apresentaram como público alvo as profissionais da educação infantil”. |
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | “Aquela preta não é minha amiga!”: interações e socialização de crianças haitianas nas escolas de educação infantil em Sinop/MT | Ivone Jesus Alexandre - UNEMAT | GT 21 – Educação e Relações Étnico-raciais | 2017 | “O objetivo [do estudo] é saber como está sendo o processo de inserção das crianças haitianas nas instituições educacionais de Sinop/MT e analisar como as escolas recebem e percebem as crianças. Verificar as experiências vivenciadas pelas crianças haitianas em relação as outras crianças/colegas, professores, gestoras e averiguar como elas são percebidas no contexto escolar”. |
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | Personagens negras na literatura infantil brasileira de 1980 a 2000: revisitando o tema | Ione da Silva Jovino – UFSCar | GT 21 – Educação e Relações Étnico-raciais | 2017 | “O artigo apresenta a discussão de pesquisas que tratam do tema literatura infantil com personagens negros, com enfoque na produção de 1980 a 2000. O recorte apresentado é sobre personagens negros na literatura infantil e pretende mostrar a partir disso como há espaço para discussão sobre representação de crianças e infâncias, a partir de revisão narrativa sobre o tema”. |

| | | | | | |
|---|--|---|--|------|--|
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil | Arleandra Cristina Talin do Amaral – UFPR | GT 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos | 2015 | “O presente trabalho traçou como objetivo analisar em que medida a implementação de políticas públicas educacionais, baseadas no artigo 26A da LDB se manifesta no cotidiano de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) e interfere nos processos de construção da identidade étnico-racial de crianças negras e brancas. Os sujeitos foram crianças e professores que atuavam na instituição no ano de 2012”. |
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | Considerações acerca da discriminação étnico-racial em crianças pequenas | Silvia Helena Vieira Cruz – UFC | GT 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos | 2015 | “O trabalho parte da presença da discriminação étnico-racial na Educação Infantil (DIAS, 2007; GODOY, 1996; OLIVEIRA, 2004; SOUSA, 2002; TRINIDADE, 2011), da sua influência na construção da identidade das crianças, (WALLON, 1995, 1989, 2007) e do pequeno número de trabalhos que investigaram esses processos em crianças, especialmente os que as ouviram diretamente. Indagou se e como crianças de três anos percebem as diferenças físicas decorrentes da pertença étnico-racial e lidam com a discriminação étnico-racial”. |
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | Dimensão étnico-racial na educação infantil: um olhar sobre a perspectiva das crianças | Eduarda Souza Gaudio – UFSC | GT 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos | 2015 | “Este artigo busca apresentar uma análise da pesquisa de mestrado que investigou as relações sociais entre crianças quanto às diferenças étnico-raciais numa instituição de Educação Infantil pública. O grupo pesquisado era formado por crianças de quatro e cinco anos de idade, sendo 12 meninas e 12 meninos”. |

| | | | | | |
|---|---|--|--|------|---|
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | Sobre maçãs e sobre mangas: notas de uma pesquisa em diálogo com crianças afro-brasileiras e com a literatura | Claudia Alexandre Queiroz – UERJ Maila Carla Pinto Passos – UERJ | GT 21 – Educação e Relações Étnico-raciais | 2012 | “A pesquisa narrada neste trabalho pretende discutir as disputas simbólicas presentes no cotidiano escolar de um grupo de crianças, em sua maioria afro-brasileiras. Desenvolvemos, em diálogo com estes estudantes de uma escola pública, entre 4 e 5 anos, um conjunto de atividades envolvendo as narrativas - em especial a narrativa literária - e a produção de vídeo a partir delas. O trabalho, que foi iniciado com o livro “Chuva de Manga”, de James Rumford, teve como objetivo, compreender os processos identitários e a articulação destes com as práticas deste grupo de crianças”. |
| Educação das relações étnico-raciais na educação infantil | Com a palavra as crianças: algumas reflexões sobre as relações raciais na escola | Arleandra Cristina Talin do Amaral – UTP e UFPR | GT 21 – Educação e Relações Étnico-raciais | 2011 | “O presente trabalho buscou compreender, sob a perspectiva das crianças, o que é ser criança e viver a infância na escola. Os sujeitos da pesquisa foram crianças de idade entre cinco e seis anos, que frequentavam uma escola de educação integral no município de Curitiba. O marco referencial está articulado com uma concepção que identifica a criança como um sujeito social, atuante, capaz de posicionar-se frente às experiências vivenciadas em seu cotidiano”. |
| Estado da arte relações étnico-raciais | Estado da arte, política curricular e relações raciais: as pesquisas nas produções da ANPED (2000-2015) | Raquel Amorim dos Santos – UFPA Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva – UNAMA | GT 21 – Educação e Relações Étnico-raciais | 2017 | “O estudo apresenta análise de artigos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais (GT-21), cuja produção científica está localizada na área da Educação e Relações Raciais. Neste trabalho nos deteremos no levantamento das produções encontradas nos Anais das Reuniões Anuais da ANPED (25ª a 37ª), relativas ao período de 2000 a 2015”. |

| | | | | | |
|--|--|----------------------------------|--|------|---|
| Estado da arte relações étnico-raciais | Pesquisas sobre literatura infanto-juvenil e relações raciais: um breve estado da arte | Débora Cristina de Araujo – UFPR | GT 21 – Educação e Relações Étnico-raciais | 2011 | “O presente trabalho propõe apresentar um estado da arte sobre estudos desenvolvidos no campo da literatura infanto-juvenil e relações raciais. Contextualiza, brevemente, problemáticas relacionadas a ambas as áreas, utilizando como mote a polêmica a respeito do Parecer 15/2010, do Conselho Nacional de Educação que orienta como proceder com a utilização de obras literárias de vieses racistas”. |
|--|--|----------------------------------|--|------|---|

Fonte: Dados da pesquisa.

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre

